**As atividades de mediação da informação dentro do contexto social, cultural e econômico contemporâneos.**

Duas situações, bastante banais mas com sinais contraditórios entre si, chamaram-me a atenção recentemente. A primeira envolveu a compra de um presente para o filho de um amigo, fanático torcedor de futebol. Indaguei ao garoto se gostaria de uma camisa do time do pai (ou, maliciosamente, do meu). Ao que o garoto respondeu que preferiria uma camisa do Barcelona e, em segundo lugar, uma do Real Madrid. Se não fosse possível, poderia ser uma camiseta de qualquer time. A outra situação foi a de assistir a multiplicação de grupos de maracatu em São Paulo e em Ribeirão Preto, geralmente entre universitários, mas congregando outras pessoas que, em sua maioria, nunca tiveram anteriormente uma proximidade geográfica ou histórica com essa tradição. O que essas duas situações tem a ver com o contexto sociocultural contemporâneo, e principalmente, com a questão das mediações? É o uma relação que esperamos poder estabelecer. Mas antes, e em primeiro lugar, é importante esclarecermos o que estamos entendendo por mediação da informação nesse texto. Consideraremos duas dimensões do conceito.

A primeira, mais geral e relacionada à Teoria Social, compreende essa noção como intrinsecamente ligada às chamadas teorias da ação. Assim, as ações sociais seriam consideradas como partes de sistemas mais amplos e de processos de apreensão intersubjetiva – o que introduziria, portanto, o papel de determinados agentes (a “mediação humana”) nos processos através dos quais essas ações seriam coordenadas. Mais recentemente passou-se a considerar-se também, de forma mais pronunciada, o papel dos agentes não-humanos nesse processo, em especial o papel dos aparatos técnicos/tecnológicos – as reflexões de Lévy, Latour e Miège são exemplares dessa perspectiva.

Uma segunda dimensão do conceito de mediação aponta para seus usos especializados em determinadas áreas ou setores da sociedade. Assim, segundo Jean Caune, o conceito de mediação descreveria um conjunto de práticas sociais, que se desenvolvem em setores institucionais variados e que visam construir determinados resultados pelas relações que nele se manifestam. Vale ressaltar aqui, como observa Jean Davallon, é que se parte do princípio de que essa ação não é uma relação simples entre dois termos, mas que em si ela é produtora de um “algo” a mais, um estado mais satisfatório – um processo, portanto, de agregação de valor. Davallon explica também um certo caráter vago do conceito, na medida em que, por manifestar-se em instituições muito distintas entre si – da escola à empresa, do museu à redação do jornal, da biblioteca ao arquivo – o termo seria necessariamente polissêmico, fruto desse caráter plástico.

De qualquer modo, em suas duas dimensões, o conceito de mediação possui um valor estratégico para abordar a relação entre mudança social e mudança tecnológica que caracterizam nosso mundo, e seus impactos, especialmente no campo da cultura. Antes de desenvolvermos esse tópico, porém, faz-se necessário um breve preâmbulo. Ao pensarmos nesse cenário contemporâneo, dois processos chamam a atenção por suas consequências sociais, políticas e culturais. O primeiro deles é o conjunto de trocas aceleradas entre distintas regiões do mundo, inicialmente econômicas, aos quais se denominou, grosso modo, de globalização. O outro processo, relacionado ao primeiro e em parte sua decorrência, foi a ampliação das redes comunicacionais e telemáticas por grande parte do planeta.

Muitos autores tendem a argumentar que o processo de globalização – de expansão de fronteiras, em especial por parte do Ocidente, não é novo. Por outro lado, mesmo esses tendem a admitir que o ritmo dessa expansão nunca foi tão grande quanto nos últimos dois séculos – fruto, em grande parte, das inovações tecnológicas que revolucionaram os meios de transporte, inicialmente, e, posteriormente, dadas as necessidades de coordenação e gestão dos primeiros, a revolução advinda nos meios de comunicação. Asa Briggs e Peter Burke chamam a atenção para o fato que a ampliação das redes de transportes implicou na concomitante expansão das redes comunicacionais: a implantação dos trilhos trouxe consigo os postes telegráficos, assim como posteriormente o transporte transatlântico de navios impulsionou a invenção da telegrafia sem fio.

Vale destacar nesse processo que a ideia de redes está no cerne da expansão do capitalismo no século XIX, como já havia notado Saint Simon, que pioneiramente observou que estávamos entrando em uma sociedade industrial, baseada na expansão da rede produtiva (indústria), na rede de circulação dessa produção (transportes) e na rede de coordenação das informações para a gestão das mesmas (comunicação). Curiosamente, embora Saint Simon apontasse no século XIX o papel protagonista do Estado na implantação dessas redes – fato salientado por Briggs e Burke em sua análise – esse papel será esquecido muitas vezes, quando não questionado, a partir da emergência e consolidação de um pensamento neoliberal a partir do final da década de 1970. Essa “amnésia seletiva” é em parte explicável pela natureza específica de que se reveste a globalização nesse período, que procura construir a imagem de uma expansão do “livre mercado”, território da liberdade dos indivíduos que deve ser preservado da interferência do Estado. Nesse sentido, o que se buscou foi a expansão, cada vez maior, do livre-comércio e da sociedade de consumo, simbolicamente “legitimados” com a queda do Muro de Berlim.[[1]](#footnote-1)

Nesse sentido, justifica-se a concepção de Manuel Castells, em sintonia com essa perspectiva globalizante, de que viveríamos hoje, numa sociedade organizada em redes, baseada numa nova ordem informacional. Poderíamos pensar nessa nova ordem a partir de duas vertentes complementares, embora pareçam contraditórias entre si. A primeira envolve a remoção de barreiras técnicas e institucionais à contínua expansão dos mercados em âmbito global e sua conexão ininterrupta em tempo real. A segunda vertente, por outro lado, estabelece garantias de monopólio cada vez mais restritas sobre os novos conhecimentos e informações, em especial sobre aqueles que se constituem em produtos e insumos da geração de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, frente a sua cada vez maior relevância nos planos: 1- *econômico*, agregando valor a bens, ao mesmo tempo em que permite e reprodução ampliada do capital; 2-*político*, capacitando ao exercício da hegemonia política e militar e 3- *social*, ditando os padrões de consumo em escala planetária.

Esse processo, claramente, possui fortes impactos culturais. Na primeira vertente, os esforços direcionam-se para a construção de uma infraestrutura que dê suporte às novas redes e serviços, e barreiras nacionais de proteção são atacadas. Um bom exemplo é o da indústria de conteúdos, já avaliada como o setor mais importante da indústria de informação e comunicação em geral, em termos de valor de mercado e de geração de empregos – basta lembrar a polêmica entre os Estados Unidos e outros países, particularmente a França, em relação a leis de incentivo e proteção à cinematografia nacional em oposição aos filmes de Hollywood. No caso da segunda vertente, a da restrição ao acesso de conhecimentos de ponta, observa-se uma tendência ao fortalecimento dos mecanismos de proteção intelectual, como as patentes – o caso das indústrias farmacêuticas talvez seja o mais ilustrativo.

Numa análise dos desdobramentos desses processos no plano da cultura, Renato Ortiz chamará a atenção para as mudanças na dinâmica entre culturas locais e uma cultura globalizada: na medida em que as fronteiras do Estado-Nação encontram-se comprometidas com os processos de globalização, o mesmo não se aplicaria à idéia de cultura (e identidade) nacional? Nessa perspectiva, ele alinhava alguns pontos a se considerar: 1- o fato das identidades nacionais serem construções relativamente recentes na história humana; 2- a ideia, portanto, de que a nação não seria a instância, por excelência na qual as identidades poderiam ser construídas; 3- a construção de uma memória coletiva internacional-popular, a partir da apropriação de uma série de conteúdos simbólicos comuns proporcionada pela expansão dos mídia. Para ele, “afirmar a existência de uma memória internacional-popular é reconhecer que no interior da sociedade de consumo são forjadas referências culturais mundializadas”. Essas referências se cristalizam em mercadorias e também em conteúdos simbólicos presentes em filmes, livros, seriados e músicas consumidas e compartilhadas em escala global: “Esses objetos-souvenirs são carregados de significado e, ao se atualizarem, povoam e tornam o mundo inteligível. Daí, ao contemplá-los, a sensação de familiaridade que nos envolve”. (ORTIZ, 1994, p. 126)

No âmbito das Ciências Sociais, sempre se apontou a necessidade de universos simbólicos para a ordenação dos eventos da história e da memória (passado, presente, futuro), primordiais na demarcação de narrativas identitárias atuantes nos processos de socialização. O que o cenário contemporâneo desenha são mudanças nessa dinâmica entre as identidades e as memórias coletivas, considerando seus contextos locais, nacionais e globais. Nesse sentido, Ortiz observa que essas mercadorias e conteúdos simbólicos “se configuram em instâncias de socialização de uma determinada cultura, desempenhando as mesmas funções pedagógicas que a escola possuía no processo de construção nacional.” (ORTIZ, 1994, p. 144) Ou seja, são *símbolos e instrumentos de processos de mediação cultural*. Por outro lado, observa Ortiz que “a memória internacional-popular não pode prescindir de instituições que a administrem. Mídia e empresa são agentes preferenciais na sua constituição; elas fornecem aos homens referências culturais para suas identidades” (idem). Mais contemporaneamente, podemos acrescentar a internet como mais uma das fontes dessas referências culturais.

Esse choque de culturas, essa dinâmica ora conflituosa, ora hibridizante entre valores locais e valores globais, está no cerne da dinâmica da sociedade contemporânea, configurando identidades e narrativas múltiplas que buscam seu espaço e sua legitimação. Vale lembrar que não estamos trabalhando com uma concepção de identidade “única”, “primordial” ou “autêntica”, mas sim com uma concepção de identidade performativa, contextualizada e manipulável pelos sujeitos (nesse sentido, nos veiculamos à perspectiva desenvolvida por Yúdice, 2006). Isso posto, resta a pergunta: que tipos de narrativas e de identidades estamos dispostos a promover ou apoiar? É aqui, ao que me parece, que a questão das mediações culturais e da informação se tornam elementos estratégicos, não apenas para a compreensão acerca da sociedade, mas também para atuar nela. Isso explica tanto a opção dos jovens torcedores por times de outros países, ou a identificação de universitários e moradores urbanos a certos aspectos da cultura tradicional. Isso só se tornou possível pela circulação de informação nas redes de comunicação, e por alguns processos de mediação cultural que atribuíram determinados significados e valores a essas informações. Trata-se de mediações tanto gerais – enquanto processos sociais de comunicação social e transmissão de valores, que podem ser os da sociedade de consumo ou os da sociedade “tradicional”, “local” – como de mediações específicas, relacionadas, por exemplo, a políticas públicas de preservação do patrimônio imaterial, como no caso do maracatu.

Ao considerarmos essa diversidade de mediações e a possibilidade de organizá-las numa política ou numa ação coordenada, nos alinhamos à perspectiva de Néstor Garcia Canclini, que advoga a formulação de políticas socioculturais que promovam tanto a expressão multicultural de nossas sociedades, como também proporcionem o avanço científico e tecnológico – ambos centrados no crescimento da participação democrática dos cidadãos. Assim, a constituição de políticas de mediação cultural configura-se como uma possibilidade de empoderamento dos indivíduos e dos grupos, bem como de desenvolvimento social e cultural.

Para traçar algumas considerações a respeito dessa dinâmica, vou me ater um pouco mais à internet. Em primeiro lugar, antes de generalizar ao se falar em internet, é importante ter em mente a diversidade dos conteúdos presentes na web: a- aplicações do tipo serviço (reservas, divulgações, etc); b- aplicações do tipo lazer (jogos, vídeo); c- aplicações ligadas à informação-notícia; d- aplicações ligadas à informação-conhecimento. Em segundo lugar, lembrar que o acesso a esses conteúdos pode ser relativamente fácil, mas não necessariamente sua apropriação – é aqui que se percebe a “brecha digital”, como a denominou Castells, que tem relação com a maior ou menor competência dos sujeitos em relação ao letramento informacional e as habilidades de decodificação dos conteúdos, em especial nas aplicações relacionadas à informação e ao conhecimento. Uma habilidade, que todos sabemos, está fortemente relacionada às oportunidades sociais, econômicas e, sobretudo, educativas.

Por outro lado, é importante ressaltar que estamos entendendo as redes sociotécnicas como artefatos culturais que estabelecem relações *on line*/ relações *off line* entre as pessoas, entre elas e outros grupos e instituições, etc. Para Bernard Miége, as configurações da ordem da esfera técnica se relacionam com o enraizamento social das tecnologias e de sua apropriação pelos indivíduos e pelos coletivos, podendo desempenhar papel ativo nos processos de constituição da autonomia dos sujeitos. O desafio aqui reside em transformar essas redes sociotécnicas num espaço público comunicativo, possibilitando aos indivíduos e grupos a condição de acesso aos conhecimentos necessários e a autonomia para a construção de suas competências comunicativas. Isso envolve um processo de formação *tanto de mediadores como de públicos*. Nossa perspectiva, nesse caso, é a da valorização de mediações capazes de empoderar os sujeitos e os coletivos, de construir possibilidades de expressão e de acesso a saberes, formas e produtos culturais que nem sempre gozam das prerrogativas do mundo do consumo global.

Voltando-nos especificamente para o cenário brasileiro, o panorama atual é bastante desalentador no que tange às políticas e às iniciativas de mediações culturais com esse viés emancipador. Uma série de iniciativas promissoras que haviam se iniciado por volta de 2004/2005 no âmbito do Ministério da Cultura, com os programas relacionados aos Pontos de Cultura e aos projetos de cultura digital vêm sendo sistematicamente esvaziados e correm o risco de desaparecer. A perspectiva proposta por um projeto de implantação de bibliotecas escolares em âmbito nacional em todas as escolas, além de tornar-se cada vez mais distante em função da crise econômica, padece do fato de pouco atentar para as possibilidades abertas pelas tecnologias de informação e comunicação. Sistematicamente surgem iniciativas apoiadas por alguns parlamentares e empresas no sentido de propor emendas e instrumentos legais para barrar possibilidades de democratização do acesso à cultura e às expressões identitárias garantidas no Marco Civil da Internet.

Por outro lado, o sucesso de algumas iniciativas locais envolvendo coletivos de artistas e grupos tradicionais, em diversas partes do país, sinaliza ainda para possibilidades de ações e políticas de mediação a serem desenvolvidas. Coletivos como o “Fora do Eixo” – independentemente das polêmicas em torno dele – apontam para formas diferenciadas de articulação de projetos e atores. No âmbito internacional, experiências exitosas de políticas públicas como os parques biblioteca da Colômbia, vislumbram possibilidades de parcerias entre o Estado e a sociedade civil no sentido de promover atividades de mediação cultural voltadas para a formação das pessoas e a construção e fortalecimento de memórias e identidades locais. Nessas experiências, um traço comum é a incorporação das possibilidades tecnológicas não como um fim em si mesmas, mas subordinadas às necessidades dos atores e às dinâmicas culturais locais. Desse modo, fica claro que, se a tecnologia não é necessariamente a solução, tampouco é o inimigo.

**(Algumas) Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológias. Revista **TPBCI**, v. 1, n. 1, 2008, p. 1-24.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **História dos Meios de Comunicação**. Rio de Janeiro: Zahar, 20??.

CANCLINI, Néstor Garcia: **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: Moraes, D. (org.) **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder.** Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 255-288.

CAUNE, Jean. **Cultura e Comunicação: convergências teóricas e lugares de mediação**. São Paulo: Unesp, 2014.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? Revista **Prisma.Com**, n. 4, 2007, p. 03-36.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MIÈGE, Bernard. **A sociedade tecida pela comunicação: técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social**. São Paulo: Paulus, 2009.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

YÚDICE, George. **A cultura como recurso**. Ed. da UFMG, 2006.

1. Obviamente o cenário e o processo em questão, especialmente no que tange às tensas relações Estado X Mercado, são bem mais complexos e cheios de nuances do que estas observações, mas que, infelizmente, não poderemos explorar aqui. A título de referência, basta pensar nas polêmicas desatadas por T. Piketty em sua recente análise sobre o capital global. [↑](#footnote-ref-1)